

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA**

**GLILBSON BARBOSA SOUSA**

**O ASSENTAMENTO BARRA DO LONTRA-XAMBIOÁ-TO: a conquista do território  
em meio a luta pela reforma agrária**

ARAGUAÍNA

2015

**GLILBSON BARBOSA SOUSA**

**O ASSENTAMENTO BARRA DO LONTRA-XAMBIOÁ-TO: a conquista do território  
em meio a luta pela reforma agrária**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes

ARAGUAÍNA

2015

**GLILBSON BARBOSA SOUSA**

**O ASSENTAMENTO BARRA DO LONTRA-XAMBIOÁ-TO: a conquista do território  
em meio a luta pela reforma agrária**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes (Orientador)

Universidade Federal do Tocantins

---

Prof. Dr. Elias da Silva

Universidade Federal do Tocantins

Aos meus pais, Rozilene e Gilvan meus principais motivadores, pois sabem que a educação é a maneira de se construir um futuro.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me abençoar ao longo destes 4 anos de curso em que fiz o trajeto Xambioá/Araguaína e vice-versa.

Aos meus pais Rozilene Neres Barbosa e Gilvan Silva Sousa que sempre me ensinaram que a educação é o único método para se construir um futuro e sempre me apoiaram ao longo destes anos em que estive na Universidade.

Ao meu irmão Gilbson Barbosa que mesmo longe sempre me incentivou a continuar nesta luta, me dando conselhos quando precisei.

Aos meus irmãos, Deslimar Costa, Fátima Félix, Patrícia Dias e Fátima Lima que sempre estiveram ao meu lado durante todo o curso e neste momento de conclusão da graduação. Irmãos esses que levarei para a vida, pois fazem parte dela.

Aos meus colegas que se tornaram amigos e fizeram parte da minha caminhada, onde a Geografia tem como especificidade proporcionar a união entre todos e nos uniu, são eles: José Divino, Alisson Santos, Cleomaria Soares, Marcos Marinho, Gilzomar Pereira. E não me esquecendo dos professores que foram parte fundamental na minha formação tanto pessoal como acadêmica tais como: Jean Carlos Rodrigues, Jacira Garcia, Elizeu Pereira, Aires José Pereira, Elias da Silva, pessoas essas que sempre estarão em minha memória.

Ao meu professor e orientador Alberto Pereira Lopes por ter tido tamanha compreensão e sabedoria para orientar seus alunos os caminhos que deveriam tomar para conseguir seus objetivos, principalmente pelo seu compromisso acadêmico e também em prol de uma igualdade social entre todos, aspecto estes que me incentivaram para a construção deste trabalho, minha gratidão será infindável.

E gostaria de agradecer à Universidade Federal do Tocantins por me proporcionar uma educação superior de qualidade que proporcionou um crescimento social e pessoal, agradecer também pela oportunidade de esta participando de seus projetos que só tiveram a me ajudar em minha formação.

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa foi desenvolvido no P.A Barra do Lontra em Xambioá-TO, território esse se trata de um projeto de assentamento rural implantado pelo INCRA motivado pelas ações da Associação dos Trabalhadores Rurais da Barra do Lontra e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xambioá-TO. O assentamento Barra do Lontra é um projeto que tem a finalidade de proporcionar aos trabalhadores rurais de Xambioá a conquista da tão aguardado território, onde desenvolvem suas atividades como trabalhadores rurais. O objetivo deste trabalho é analisar os aspectos da conquista do território em decorrência da reforma agrária, analisando como as entidades governamentais atuam neste processo de desapropriação de uma dada área e beneficiamento de um trabalhador rural sem terra, observando como se da organização do PA Barra do Lontra, assentamento constituído a partir das ações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xambioá-TO em conjunto com o INCRA. Trabalhamos com literaturas que tratam desta temática, para construção da nossa base teórica, tais como LOPES, MARTINS, HAESBAERT, CHELOTTI, entre outros autores, além de trabalho de campo com roteiro de entrevistas para a comunidade. Os diálogos realizados com parte das famílias recém-assentadas observamos às angustias em decorrência do não cumprimento de algumas das promessas por parte do INCRA tais como: a construção das casas, a construção de represas, o melhoramento das estradas, o auxílio por parte de um técnico para a produção no assentamento, o financiamento para os trabalhadores, situações essas que trazem bastantes problemas para a população do assentamento. O território em si tem como estruturação a partir de sua reprodução uma caracterização de organização de identidades e de relações presentes no cotidiano de cada membro da sociedade. Os assentados no PA Barra do Lontra continuam suas atividades em busca de melhorias para sua permanência neste ambiente em que se encontram inseridos mediante a luta em que os grandes proprietários detêm maior voz perante a sociedade capitalista, onde quem dispõem de maior capital tem mais acesso ao sistema financeiro da nação.

**Palavras-chave:** Território; reforma agrária; assentamento; Barra do Lontra.

## RESUMEM

Este trabajo de investigación fue desarrollado en el PA Barra do Lontra en Xambioá-TO, este territorio se trata de un proyecto de asentamiento rural implementado por el INCRA motivado por las acciones de la Asociación de Trabajadores Rurais de la Barra do Lontra y por el Sindicato de Trabajadores Rurales de Xambioá-TO. El asentamiento de la Barra do Lontra es un proyecto de reforma agraria, creado por el INCRA con la finalidad de proporcionar a los trabajadores rurales de Xambioá la conquista del tan esperado territorio, donde podrían desarrollar sus actividades como trabajadores rurales. El objetivo de este estudio es analizar los aspectos de la conquista del territorio de una reforma agraria, analizando cómo las entidades gubernamentales actúan en este proceso de despojo de tierras y la mejora de un trabajador rural sin tierra, viendo como la organización de PA Barra do Lontra, el arreglo hecho de las acciones de la Unión de Trabajadores del Campo de Xambioá-to, junto con el INCRA. Trabajamos con las literaturas que tratan esta temática, para la construcción de una base teórica, tales como LOPES, MARTINS, HAESBAERT, CHELOTTI, entre otros autores, además de trabajo de campo con ruta de entrevistas para la comunidad. En estos diálogos mantenidos con algunas de las familias recién asentados observar la angustia como consecuencia de incumplimiento de algunas de las promesas del INCRA, tales como: la construcción de viviendas, la construcción de presas, la mejora de las carreteras, la ayuda por parte un técnico para la producción en la financiación de liquidación para los trabajadores, estas situaciones, que aportan una gran cantidad de problemas para la población del asentamiento. El territorio en sí tiene la estructura de su caracterización reproducción de identidades organizativas y relaciones presentes en la vida cotidiana de todos los miembros de la sociedad. Los colonos de PA Barra do Lontra continúan sus actividades en busca de mejoras para su estancia en este entorno en el que se insertan por una pelea en la que los grandes propietarios mantener una mayor voz delante de una sociedad capitalista donde los que tienen mayores restos de capital una clave para el sistema financiero de la nación.

**Palabras Clave:** Territorio, reforma agraria; asentamiento; Barra do Lontra.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

### **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1- Distribuição dos lotes no PA Barra do Lontra em Xambioá-TO..... 26

### **LISTA DE FOTOS**

Foto 1 - Caracterização da moradia no assentamento Barra do Lontra ..... 28

Foto 2 - A ladeira, o buraco, a estrada cortada ..... 29

Foto 3 - Antiga sede da fazenda e possível escola para o assentamento ..... 30

Foto 4 - Produtos no assentamento Barra do Lontra, quiabo e mandioca. .... 34

### **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - Localização do PA Barra do Lontra no Município de Xambioá-TO ..... 24

### **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Distribuição das áreas do PA Barra do Lontra ..... 27

### **LISTA DE QUADRO**

Quadro 1 - Produção vegetal e animal do assentamento ..... 33



## **LISTA DE SIGLAS**

INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
UDN	- União Democrática Nacional
PSD	- Partido Social Democrático
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
PNRA	- Plano Nacional de Reforma Agrária
PA	- Projeto de Assentamento
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Jango	- João Goulart

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2. A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO EM BUSCA DA REFORMA AGRÁRIA</b> .....	13
2.1. O INCRA COMO INTERLOCUTOR EM PROL DE UMA REFORMA AGRÁRIA.....	17
2.2. A PRODUÇÃO COMO MEDIADORA DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS ASSENTADOS .....	20
<b>3. ASSENTAMENTO BARRA LONTRA: A OCUPAÇÃO DA TERRA E A SUA ESTRUTURAÇÃO</b> .....	24
3.1. HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE.....	25
3.1.1. CONDIÇÕES MATERIAIS: A CARACTERIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA.....	27
3.1.2. A EDUCAÇÃO E A SAÚDE NO ASSENTAMENTO .....	29
3.1.3. A PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO BARRA DO LONTRA UMA LUTA PELA CONSTRUÇÃO DE SUA SUBSISTÊNCIA .....	31
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	35
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	37

## 1. INTRODUÇÃO

A formação dos assentamentos rurais criados a partir de propostas de reforma agrária é motivada a partir de movimentos sociais, que visam à conquista do território para que os trabalhadores rurais que se encontram sem terra possuam um lugar em que possam atuar com a finalidade de proporcionar a sua família recursos para sua subsistência, onde poderá utilizar desta terra para produção de produtos para o consumo familiar e para a comercialização, atividade essa que forma a complementação da renda dos assentados. Portanto, os trabalhadores rurais que já foram beneficiados com os lotes a partir da reforma agrária, esperam do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrárias (INCRA) suas iniciativas voltadas para a assistência destes trabalhadores, a partir de investimentos para o desenvolvimento de atividades por parte destes assentados, como a produção.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os aspectos da conquista do território a partir da reforma agrária, analisando como as entidades governamentais atuam neste processo de desapropriação da terra e beneficiamento do trabalhador rural sem terra, observando como se da organização do PA Barra do Lontra, assentamento constituído a partir das ações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xambioá-TO em conjunto com o INCRA.

Conhecer a realidade dos assentados do assentamento Barra do Lontra foi motivador da construção desta pesquisa que tem como caráter analisar os aspectos socioeconômicos dos trabalhadores rurais que se encontram inseridos neste território, observando como o poder público tem atuado para o provimento das necessidades desses assentados, em relação a saneamento básico, investimentos na produção, auxílio aos trabalhadores tanto em questões sociais quanto materiais.

Para a construção deste trabalho houve a necessidade de base teórica que remetesse ao assunto trabalhado, neste caso a conquista do território e a constituição de uma reforma agrária que beneficie atos de igual forma, onde não exista uma desigualdade dentro do sistema agrário nacional. Para isso contamos com autores como, MARTINS (1999), LOPES (2001), SAQUET (2015), HAESBAERT (2015), RAFFESTIN (1993), MEDEIROS (1999), entre outros autores que trabalham com esta temática, possibilitando assim um arcabouço teórico que possibilitou na construção deste trabalho.

Este trabalho foi dividido em dois capítulos. O primeiro capítulo traz uma explanação a respeito da conquista do território, analisando assim os processos de ocupação deste, observando assim como suas relações cotidianas através dessa modificação atuaram sobre estes agentes que agem sobre este território. Abordou também a questão da luta pela terra,

onde os processos de reforma agrária atuam como articuladores desta modificação do território, proporcionando assim uma qualidade diferenciada para cada família que se encontra inserida nesse novo ambiente. Constatando que as iniciativas por parte do governo são de suma importância para a constituição deste assentamento provido através da reforma agrária e por fim observando que a produção torna-se o principal meio em que o produtor rural consiga permanecer nesse território conquistado a partir da luta constante entre trabalhador rural sem terra e latifundiários.

O segundo capítulo tem como ponto de partida a análise da organização do território do assentamento Barra do Lontra, observando todos os aspectos relacionados a melhoria das condições de vida dos assentados, características essas que fazem parte da organização espacial do PA Barra do Lontra, como se caracteriza a educação e a saúde dentro do assentamento e como o poder público atua para melhor essas necessidades básicas de cada assentado, observando ainda os processos de produção do assentamento, verificando como se dá esse processo produtivo e a relação do INCRA com esse processo de produção.

Portanto, esta pesquisa constitui uma visão geral dos aspectos sociais, econômicos e da vida do assentamento rural Barra do Lontra, examinando como os agentes do governo atuam para a melhoria das condições de vida dos assentados, tanto no sentido auxílio social quanto no sentido de proporcionar uma estrutura material para cada família.

## 2. A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO EM BUSCA DA REFORMA AGRÁRIA

Em meio aos processos de ocupação do território os sujeitos trabalhadores sem terra encontram-se em uma constante luta contra a estrutura fundiária brasileira baseada na concentração da terra. Esse trabalhador rural que anteriormente vivia em alguns casos como posseiro agora já não a tem mais e tudo isso mediado por políticas de investimentos que visam à acumulação de capital. Em contra partida, esse trabalhador procura medidas para retomar o seu lugar dentro do território que já não lhe pertence, constroem-se assim medidas de luta contra o sistema para realizar a reforma agrária, e assim a criação dos assentamentos rurais.

Através dos assentamentos rurais podemos perceber que os trabalhadores rurais conseguem novamente se inserir no território que já não lhe pertencia. Sousa (2014, p.31), relata essa relação em que “o assentamento é uma fração do território conquistado, é um novo recurso na luta pela terra”. Construindo assim uma relação direta entre a conquista de um território da reforma agrária no meio da contradição dos latifundiários capitalistas contra as manifestações camponesas para a criação dos assentamentos. Lopes (2001, p.40) salienta que,

Toda essa forma de manifestações dos camponeses é consequência da estrutura fundiária brasileira baseada na concentração de terras para minoria, criando revoltas por parte da maioria dos trabalhadores rurais, que sempre foram tratados com indiferença pela própria justiça. (LOPES, 2001, p. 40).

As manifestações por parte dos camponeses que buscam a terra lutam contra o sistema com as armas que lhes cabem, nesse caso são as manifestações atreladas aos órgãos que os representam, como o INCRA que tem em sua base de formação proporcionar ao trabalhador rural o acesso a terra. Constitui-se assim a movimentação por parte destes trabalhadores rurais em prol do seu espaço dentro da sociedade, evidenciado na luta pela reforma agrária que busca a inserção desses indivíduos em um território que lhes proporcione uma nova condição para a continuação de suas vidas neste novo ambiente no qual terá a possibilidade de construir uma nova identidade.

Esse processo de ocupação do território coloca-se como agente na mediação dos embates entre o poder público e os grandes proprietários de terra, para assim conceder aos trabalhadores do campo que lutam pela terra uma oportunidade de se inserirem novamente em meio a um território que poderá construir uma nova relação, mas atendo-se sempre as lideranças governamentais para os subsídios necessários a sua manutenção naquele ambiente em que foram inseridos. Medeiros e Leite, nos atenta para essa relação,

A criação dos assentamentos também tem colocado instigantes desafios para a esfera local do poder público, na medida em que a ela cada vez mais dirigem reivindicações ligadas principalmente à infraestrutura básica, relacionadas à construção ou melhorias de estradas, saúde e educação, condições para escoamento da produção, etc. (MEDEIROS ; LEITE, 1999, p.10).

Mas para que se tenha tal intervenção do Estado dentro desse território que agora se encontra ocupado pelo trabalhador rural sem terra que outrora não detinha a posse sobre a terra e buscava uma intervenção por parte das políticas públicas em prol de uma reforma agrária que modifique o sistema agrário nacional e que possibilite o acesso à terra aos trabalhadores rurais que buscam por este território em que possam exercer suas atividades como trabalhadores que utilizam da terra para sua subsistência. Território este que anteriormente encontrava-se sobre a posse dos grandes latifundiários, os quais detêm o poder sobre o capital e conseqüentemente sobre a terra.

Em virtude de uma ocupação do território, onde a propriedade da terra encontra-se sobre a posse de uma minoria a necessidade de uma reforma agrária se faz evidente, onde assim se teria uma divisão meio que igualitária entre os indivíduos que lutam em prol da conquista da terra que não estar disponível para todos. Sousa (2014) demonstra que a reforma agrária age perante alguns objetivos de redistribuição da terra,

A reforma agrária tem por objetivo proporcionar a redistribuição da terra, para quem precisa, ou seja, efetuar a distribuição da terra para a realização de sua função social. Porém ao longo dos anos não é isso que vemos e continua sendo mais uma utopia dos movimentos sociais e do povo brasileiro que luta por essa tão sonhada reforma na estrutura fundiária. (SOUSA, 2014, p. 28).

Essas relações de redistribuição da terra, mediadas pelas ações governamentais que construídas a partir de uma reforma agrária onde os trabalhadores rurais conseguem estar inseridos dentro de uma pratica social, que visa uma redistribuição igualitária da terra entre os sujeitos que agora fazem parte da comunidade dentro do assentamento agrário, que assim compõem a nova vivencia. Segundo Chelotti (2012):

Estamos diante do que se denominou processos geográficos de Territorização - Desterritorialização - Reterritorialização (T-D-R), pois a criação de territórios seria representada pela territorialização, a sua destruição seria representada pela sua recriação, a partir de processos de Reterritorialização. (CHELOTTI, 2012, p. 65).

Para que tais ações por parte dos governantes sejam possíveis há necessidade da identificação dos locais que receberão os trabalhadores rurais proporcionados pela reforma agrária, tanto que a identificação de tais envolvidos proporcionará uma visualização dos atores que atuam em determinada área possibilitando ou não a inserção dos trabalhadores neste novo lugar. Bergamasco e Norder (1999) destacam que:

A mobilização política dos trabalhadores rurais para a condução da luta pela reforma agrária se inicia com a identificação dos locais a serem disputados, com uma prévia avaliação dos atores governamentais e/ou privados que estarão envolvidos nesta disputa e com uma estimativa da capacidade estratégica de cada área para constituição de assentamentos. (BERGAMASCO ; NORDER, 1999, p.69).

Constituído por essa relação entre a construção de uma cotidianidade que vem com a reprodução do território antes ocupado por uma minoria mais que agora se encontra redistribuído pelos trabalhadores rurais que necessitam dessa terra para que se possa trabalhar. Saquet (2015) relata como se dá essa ação;

À medida que se reproduz o território, é importante se reproduzir a identidade e as redes e, reorientar, se necessário, as relações de poder e os processos de desenvolvimento, nos quais há centralidade das territorialidades e das temporalidades cotidianas. Há des-continuidades na relação tempo-espaço-território, na qual a mudança social se dá com a mudança territorial e vice-versa: nada se faz, muda, permanece ou se pensa sem se articular, identificar e se concretizar *na e com a* territorialidade cotidiana. (SAQUET, 2015, p.177).

Instaurada essa identidade o novo território de ocupação construído a partir da luta dos trabalhadores, terá uma relação cotidiana com suas particularidades com esse novo ambiente e que poderá proporcionar assim um bem comunitário, no momento da consolidação do assentamento.

Caracterizando assim uma reorganização desse território que esta sendo ocupado por uma minoria, é necessária uma política fundiária que atenda aos trabalhadores rurais que lutam em busca do seu espaço, onde tal espaço está inserido dentro de uma territorialidade que antes não lhe pertencia, mas que sim estava concentrado nas mãos de grandes proprietários.

Em consonância com essa reocupação do território Haesbaert (2015), discorre como os movimentos sociais que poderemos incorporá-los a esta reflexão, se constituem na luta:

Talvez a única luta plausível, hoje, esteja no plural: os grupos/classes sociais em todo canto tentando conquistar seu espaço, seus “territórios”; movimentos de toda ordem proliferando contra a opressão que também vem de várias fontes. As alternativas gerais parecem ser duas: ou caímos no niilismo do ‘deixa como está’, pois somos impotentes e não há universais a seguir, ou superamos o niilismo pelo revigoramento da vontade, nas múltiplas lutas pela reafirmação não dicotomizadora da vida.(HAESBAERT, 2015, p. 49).

Mediante a tais fatores que motivam a conquista de seus territórios, os grupos que se formam para tais processos são caracterizados por ideais de bem comum, onde todos serão beneficiados com os frutos dessa busca, que se tornam possíveis a partir de movimentação contras as forças de opressão do sistema capitalista, que no caso da luta pela terra são os grandes proprietários, mais comumente conhecidos como latifundiários. Percebe-se as

contradições impostas pelo sistema capitalista de produção, no qual o Estado é representado pelas suas ações e manifestações em prol da expansão do capital. Portanto, teremos de um lado o poder exercido pelos os capitalistas que são os donos dos meios de produção e que tem uma ligação muito próxima com o Estado nas relações de poder. Por outro, teremos movimentos sociais, neles representados pelos os trabalhadores e que lutam em prol de direitos que nem sempre são atendidos pelo Estado. Raffestin (1993), elenca que:

Retomar o poder pela base por meio do cotidiano e, sobretudo, recuperar uma malha territorial que possa permitir o exercício desse poder. Em resumo, trata-se de redescobrir, para as coletividades, malhas concretas que se oponham às malhas abstratas propostas pelo Estado. Estamos certamente no limiar de uma era na qual a região, a que é vivida, desempenhará um papel cada vez maior para as diversas comunidades. (RAFFESTIN, 1993, p.185).

Essa modificação dos sujeitos da terra que lutam em prol da transformação de sua realidade, e que conseqüentemente com ardor busca conquistar seu espaço dentro de uma sociedade que é construída em torno da movimentação do capital que visa à acumulação. Modificações essas destacadas por Santos (2014, p.31) onde o indivíduo como “ser é metaforizado em existência por intermédio dos processos impostos por suas próprias determinações, as quais fazem aparecer cada forma como uma forma-conteúdo, um indivíduo capaz de influenciar a mudança social”.

Para que essa modificação ocorra Santos; Silveira (2008, p.24) nos demonstra “como um elemento não pode evoluir isoladamente, nem é capaz de se transformar sem arrastar os demais no seu movimento, o nosso problema não é o da evolução particular de um elemento, mas o da evolução global”, acarretando assim uma transformação do todo e não apenas de um indivíduo em particular. . Assim como Martins (2000) enfoca que não devemos,

[...] esquecer de que sendo a questão agrária mais do que a questão dos antagonismos de classes sociais, é também uma questão estrutural maior do que a das questões econômicas, a questão da pobreza, a questão das injustiças sociais. Uma reforma desse tipo interessa não apenas aos pobres, como frequentemente se supõe. A principal frente de luta e as principais lideranças da luta pela reforma agrária vêm da classe média, ainda que de uma classe média recente, e não raro de intelectuais que não têm nenhum vínculo com a terra ou a agricultura, razão, aliás, das muitas distorções que tem alcançado o debate político sobre o tema. (MARTINS, 2000, p.101).

Trata-se portanto de entender a questão agrária como uma atividade de inclusão do trabalhador rural que busca seu espaço perante uma sociedade capitalista de classes, onde podemos perceber que a interação entre os membros dessa comunidade proporcionam uma relação de força para que esses trabalhadores busquem a conquista de seu tão esperado território, constituindo assim uma relação em que a sejam componentes de uma comunidade



que foi proporcionada através de uma luta constituída a partir de uma relação de entre esses mediadores que buscaram uma melhoria nas condições de vida para esses trabalhadores.

## 2.1. O INCRA COMO INTERLOCUTOR EM PROL DE UMA REFORMA AGRÁRIA

Antes de consolidação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) já existiam propostas de constituição de medidas que proporcionasse aos trabalhadores rurais sem terra uma porção do território o qual se encontrava nas mãos dos grandes latifundiários e que não esteja mais sendo utilizado como um meio de acumulação do capital, ou seja, não possua mais uma utilidade para esse proprietário. O principal objetivo dessas propostas para a reforma agrária seria a desapropriação dos latifúndios improdutivos que já não oferecia a produtividade esperada pelos grandes proprietários e que conseqüentemente tornar-se-ia uma terra como especulação fundiária por esse produtor do capital.

Em meio à década de 1960 o Presidente João Goulart foi um defensor das classes menos abastadas, proporcionando maior espaço no cenário político brasileiro para trabalhadores, organizações populares, estudantes, possibilitando desta forma uma interação maior entre os cidadãos em meio à configuração da sociedade brasileira. João Goulart torna-se presidente do Brasil a partir da renúncia de Jânio Quadros em 1961, o até então vice João Goulart assumi o governo do país e com isso trás consigo insatisfação por parte dos empresários, banqueiros, latifundiários, a até então classe media, aos militares que posteriormente tomariam o poder e colocariam o Brasil em meio a uma ditadura militar que durariam 21 anos, de 1964 a 1985.

João Goulart aparece como presidente defensor das classes menos favorecidas, ocasionando insatisfação por parte da oposição que era formada por dois partidos a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), partidos esses que acusavam o presidente de ser o responsável pelos problemas que o Brasil durante o seu governo.

Nesse sentido, o Brasil vindo do governo de Juscelino Kubitschek se via com um sistema financeiro desestruturado e que necessitava de mudanças sobretudo econômica no país. No entanto, era preciso que ocorresse tais mudanças, mas tinha um porém encontrava-se uma disputa partidária em que os partidos conservadores não aceitavam as reformas de bases, que teria como principal mecanismo de mudança às reformas agrária, administrativa, tributária, bancária e da educação.

Em decorrência destas propostas de João Goulart os partidos de oposição UDN e PSD com o auxílio dos militares lançaram sobre ele acusações em que ele planejava um golpe contra o país para se aliar a União das Repúblicas Socialista Soviética (URSS), pois o mundo encontrava-se em meio a Guerra Fria. Portanto Goulart era visto como o causador das desigualdades presentes no país e conseqüentemente dos problemas entre os proprietários do capital e os trabalhadores.

Durante os embates no Senado no governo de João Goulart a questão da reforma agrária esteve no centro das discussões o que propiciava embates ferrenhos entre a base conservadora do governo que encontravam se representados principalmente por latifundiários que não almejavam ter suas terras tomadas mesmo que recebesse em troca uma indenização por parte do governo. Durante o último grande comício de João Goulart realizado em 13 de março de 1964 ele trata as reformas no país como suas metas para modificar o Brasil, e direciona aos trabalhadores o seu discurso no qual evidencia que,

acabei de assinar o decreto da Supra<sup>1</sup>. Assinei-o com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro. (BRASIL, 2014, p. 2)

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ao longo de sua historia vem trabalhando como o interlocutor ou mediador entre os trabalhadores rurais que buscam a tão sonhada terra e os grandes latifundiários que devido à política fundiária brasileira detêm a maior parte das terras, condicionada a uma pequena minoria de indivíduos que são os grandes capitalistas fundiários, enquanto a grande maioria, como os pequenos trabalhadores ou são pequenos produtores com pequenas parcelas de terras ou temos os que não têm um pedaço de chão para plantar, os chamados sem terra.

Para que a estrutura do campo seja transformada é necessário ações a serem cumpridas por meio das políticas fundiárias, com reformas que estabeleçam de fato a criação da reforma, outra coisa agrária. E foi o que aconteceu durante o governo de José Sarney onde se teve a primeira investida para a criação de um plano nacional que tivesse como meta a reforma

---

<sup>1</sup> Decreto Supra trata-se do decreto Nº 53.700, de 13 de março de 1964 que tinha por finalidade declarar o interesse "social para fins de desapropriação das áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade", Decreto Nº 53.700 de 13 de março de 1964 que tinha como finalidade proporcionar ao trabalhador rural que buscava uma terra a possibilidade da sua inclusão neste novo território conseguido através de medidas de intervenção do governo federal.

agrária, mas devido às diretrizes do governo o plano não teve o objetivo alcançado. De acordo com Brasil (2015, p. 47);

O primeiro Plano Nacional da Reforma Agrária, no governo José Sarney, tinha metas ambiciosas: destinar 43 milhões de hectares de terras para assentamento de um milhão e quatrocentas mil famílias entre 1986 e 1990. Para tocar o projeto, o governo criou o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária, o MIRAD. Além de não cumprir a meta, assentando tão somente cerca de 90 mil famílias numa área dez vezes menor do que a projetada houve enorme confusão institucional, com a extinção do INCRA, afinal não acatada pelo Congresso Nacional que em 1989 rejeitou o decreto-lei de extinção do órgão. (Brasil, 2015, p.47).

As políticas públicas para com a questão da reforma agrária se transformaram em um embate onde as relações entre os grandes proprietários de terra que têm força diante de suas próprias representações institucionais, do que os ideais de igualdade dos trabalhadores constitui-se uma disputa constante entre os trabalhadores rurais sem terra com os grandes fazendeiros, latifundiários, tudo devido à má distribuição de terras dentro do território nacional.

Devido a não implantação das metas do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), surge em 2003 o segundo Plano Nacional de Reforma Agrária que agora tinha como meta “400 mil famílias assentadas, 500 mil famílias com as terras regularizadas e outras 150 mil com crédito fundiário” (Brasil, 2015, p. 48), podendo então ocasionar uma melhor inserção desses trabalhadores dentro de um território que anteriormente estaria a disposição de uma pequena parte de proprietários para fins meramente especulativos.

Com base nessas iniciativas proporcionadas pelo segundo PNRA, as investidas por parte do INCRA tiveram uma maior significância no que diz respeito à luta dos trabalhadores rurais sem terra, com isso foram capazes de constituir uma política de redistribuição das terras devolutas que se concentravam sobre a posse de uma minoria que comanda hoje o agronegócio no território nacional. Constatamos ainda que o INCRA tem uma liberdade para desenvolver suas ações como mediador, observamos isso em Brasil (2015), onde a:

Luta que o INCRA, livre da herança autoritária do período ditatorial, soube tão bem encampar e pela qual desempenha papel diretivo cumprindo sua missão constitucional de promover “*melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios da justiça social e ao aumento da produtividade*” (Estatuto da Terra, 1964). (BRASIL, 2015, p.49).

Conduzido assim a uma relação em que as ações do INCRA possibilitam para os trabalhadores rurais um meio de terem o seu tão aguardado pedaço de terra para uma maior interação por parte das políticas públicas que tem como objetivo garantir condições de

igualdade para todos os cidadãos, possibilitando dessa maneira que os indivíduos ali inseridos tenham condições de sobrevivência.

De fato as realizações proporcionadas pelo INCRA para com os trabalhadores rurais sem terra tem sido de grande importância, pois com o seu auxílio os indivíduos que antes não tinham voz para com os governantes agora recebem um prelúdio de que esses conflitos cessem e assim todos que necessitam da terra tenham onde desenvolver suas atividades, construir novamente sua cotidianidade, mesmo que ainda exista a necessidade de uma voz mais ativa por parte deste órgão, que tem como finalidade garantir ao assentado. Segundo Brasil (2015);

Nesses 45 anos de atividade, o INCRA assegurou a 968.887 famílias o acesso à terra em 9.256 assentamentos cuja área é de mais de 88 milhões de hectares. Até 2018, serão mais 129 mil famílias e mil agrovilas. Tais metas denotam uma mudança qualitativa na política agrária brasileira que tem dado claros sinais de que a questão da terra tem de ser elevada à condição de política estruturante num novo modelo de desenvolvimento cujos pilares são a justiça social, a sustentabilidade ambiental e sua capacidade de desenvolver a economia com a oferta de alimentos, a demanda de tecnologias e equipamentos, redução das importações e melhoria da qualidade de vida da população. Esse cenário que pareceria há pouco coisa do futuro, já começou.(BRASIL, 2015, p. 51).

Realidade essa que não seria possível sem a intervenção do INCRA, sem os sindicatos de trabalhadores, sem movimentos sociais que lutam lado a lado em prol de uma reterritorialização em um território que anteriormente eram propriedades improdutivas ou irregulares. Nesse sentido, o trabalhador que antes não tinha uma parcela de terra para trabalhar, esse agraciado pelas ações providas pelo governo como auxílio para a melhoria de sua sobrevivência. Diferentemente da expansão do agronegócio, que acarreta a exclusão e o conflito, ou seja, um não beneficiamento das classes sociais menos abastadas que necessitam de um pedaço de terra para suas atividades, como a produção que é a base para subsistência desses trabalhadores e sua fonte de renda.

## 2.2. A PRODUÇÃO COMO MEDIADORA DA RESSOCIALIZAÇÃO DOS ASSENTADOS

E para que haja uma relação evolução de coletividade em sociedade no campo, torna-se necessário o acesso a terra como no caso a criação dos assentamentos rurais. O processo produtivo tem uma função primordial que é de proporcionar aos membros da comunidade uma relação de proximidade, onde o lucro dessa produção proporcionará melhorias na vida cotidiana desses indivíduos. Santos (2012, p. 33) levanta uma questão que deve ser pensada

quando se fala em produção, pois “o espaço que, para o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, por esse mesmo processo produtivo, os separa.”.

A produção de um assentamento rural é a fonte primária de renda das famílias ali inseridas naquele território, mediante a essas atividades de prática comunitária é possível construir uma relação de união dentro desse ambiente de convívio. Mas quando o sistema capitalista não beneficia o produtor assentado ocorre uma separação entre os homens, pois quando o processo produtivo não proporciona benefícios ocorrem os conflitos de ideais.

Partindo do ponto em que a produção e conseqüentemente a produtividade de um assentamento rural construído a partir da reforma agrária têm como objetivo proporcionar aos indivíduos melhorias em sua qualidade de vida, que agora encontram-se como trabalhadores, condições de que facilitem a sua fixação no então território conquistado, e para que isso ocorra a uma necessidade de intervenção por parte do Estado. Conforme analisa Lopes (2012):

[...] os Sem-Terra partem da premissa de ocupar as terras para que nela haja produção, criando situações para que o Estado venha a intervir, por meio de seus órgãos, para solucionar os problemas gerados pela estrutura fundiária vigente, já que ainda continua incapaz de fazer uma reforma agrária, (LOPES, 2012, p.61).

Nesse sentido o trabalhador rural já inserido dentro do assentamento, onde tem terra para cultivar encontra as dificuldades causadas pela falta de medidas de atuação do Estado, comprovada pela falta de políticas públicas como o fomento, moradia, saúde, educação etc., o que conseqüentemente poderá as famílias assentadas saírem do lugar que antes fora tão almejado, devido não ter condições para produzir e nem de viver com dignidade. Pois se esses trabalhadores não conseguem produzir e em virtude disso distribuir sua produtividade de que maneira sua manutenção na terra ficaria viável?

Torna-se evidente que a partir da ocupação do território e mediante as ações dos trabalhadores neste novo território “o desenvolvimento é compreendido como resultado da articulação da sociedade nacional, como complementaridade entre as classes sociais que territorializam” (Saquet, 2015, p. 62). Evidenciando assim que as relações sociais são promovidas a partir das ações de territorialização dos indivíduos por meio de ações providas dos órgãos governamentais responsáveis por essa reinserção dos trabalhadores rurais que agora vivem em comunidade.

Constituído a partir dessas relações em comunidade pode-se corroborar com Venâncio (2012, p. 93), quando a mediada em que “entende-se o território como resultado do processo de territorialização, sendo que o homem, vivendo em sociedade, territorializa na sua interação

com a natureza através das atividades cotidianas, seja no campo ou na cidade”. Com isso deixa as relações cotidianas constituam a identidade desta comunidade que encontra-se inserida neste território que teve como processo de ocupação as lutas sociais.

Neste processo de produção dos assentamentos percebemos que os sistemas de objetos e o sistema de ações<sup>2</sup> proposto por Santos (2013, p. 86 e 87) aparecem como uma relação de modificação da realidade do indivíduo que encontra-se inserido nesse novo assentamento rural, com isso suas ações para com o processo produtivo são os responsáveis pela modificação da realidade desses trabalhadores que buscam uma melhoria das condições de vida da comunidade e que conseqüentemente transformará sua vivência nesse território a partir de sua produção que proporciona as condições ideais para sua sobrevivência.

De fato as ações das famílias assentadas se inter-relacionam, mas não apenas como produtores nesse novo território, mas também como reprodutores das relações com os outros indivíduos que vivem em comunidade, neste caso em assentamentos materializados por ações mediatizadas com fins de reforma agrária. Fernandes (2004), destaca que as famílias:

Ao conquistarem a terra, ao serem assentadas, elas não produzem apenas mercadoria, criam e recriam igualmente a sua existência. Através da territorialização da luta pela terra, e elas realizam-também- novos assentamentos. A maior parte dos assentamentos é resultado do conflito que promove o desenvolvimento. Essas famílias organizadas em movimentos socioterritoriais não aceitam as políticas de mercantilização da vida e por essa da vida e por essa razão usam meios “estranhos” ao capital, que é confrontado a todo momento. (FERNANDES, 2004, p. 174).

Torna-se evidente que o assentamento não possui apenas a finalidade de proporcionar ao trabalhador rural um espaço no qual ele possa ocupar e permanecer ali, mas sim assegurar aos membros desse assentamento a possibilidade que eles possam modificar a sua vivência e assim construir uma nova realidade, constituindo assim uma interação entre essa comunidade recém-inserida neste território fruto de um embate entre classes. Assim concede as famílias assentadas uma maneira de construírem uma relação em que sua existência em meio à sociedade seja dignificada a partir da sua interação com a terra compondo uma realidade na qual não sejam apenas os proprietários da terra, mas sim os articuladores da modificação daquele território que agora os pertence.

Pois de fato o trabalhador que se encontra ali inserido naquele território conquistado a partir da luta contra as divergências de classes poderá modificar as suas realidades a partir da

---

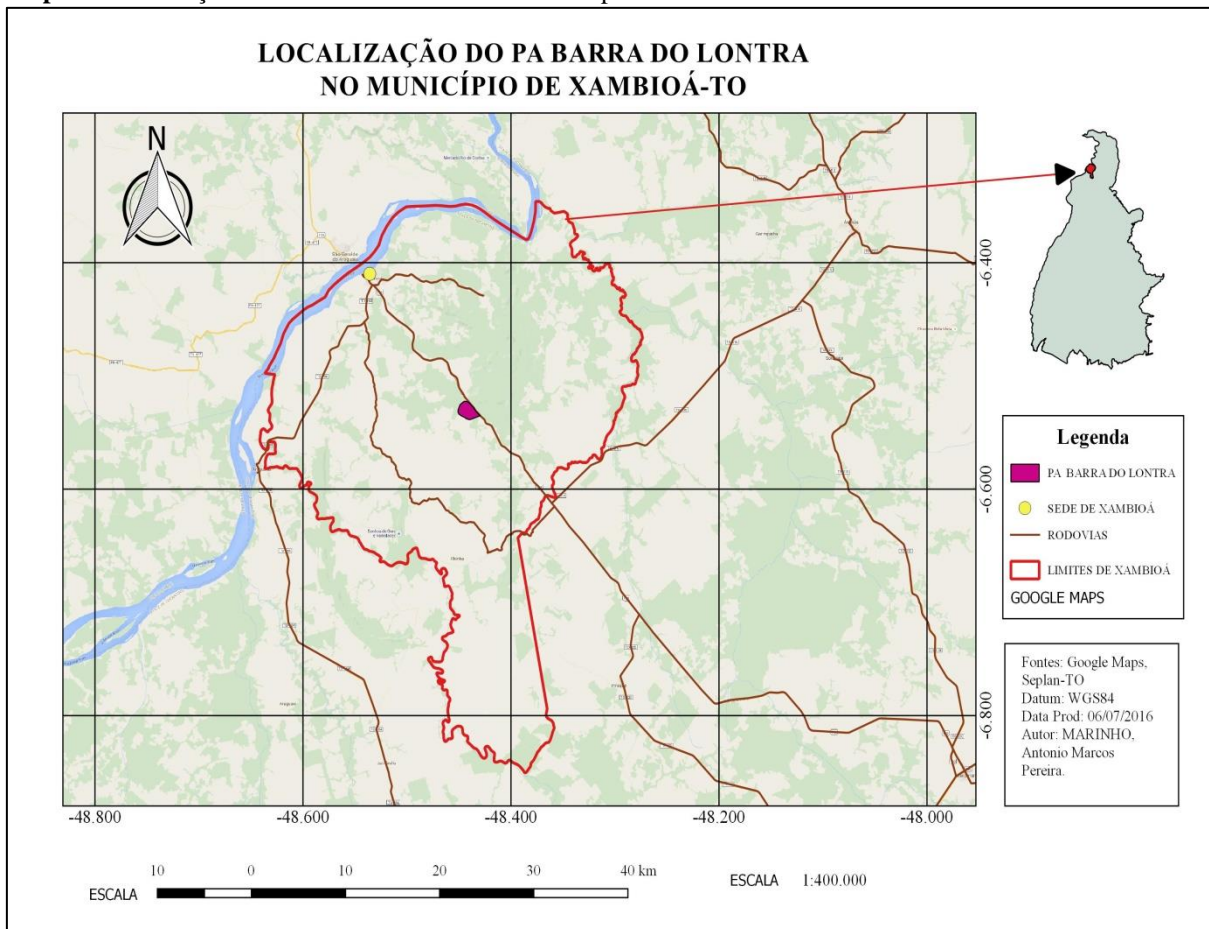
<sup>2</sup> Sistema de objetos “são fabricados pelo homem para serem a fábrica de ações. [...] isto é, objetos que se aproximam cada vez mais da natureza e buscam imitar a natureza. São objetos cujo valor vem de sua eficácia, de sua contribuição para a produtividade da ação econômica e das outras ações”. Sistemas de ações por sua vez são “ações racionais, movidas por uma racionalidade conforme aos fins ou meios, obedientes à razão do instrumento, à razão formalizada, ação deliberada por outros, e para outros”. (SANTOS 2013, p. 86 e 87).

interação entre o meio e o próprio homem e assim por em evidencia naquele ambiente em que se encontra inserido a sua essência. De tal forma que podemos perceber uma transformação desse trabalhador assim como evidencia Santos (2014, p.31) ao falar do “ser metamorfoseado em existência por intermédio dos processos impostos por suas próprias determinações, as quais fazem aparecer cada forma como uma forma-conteúdo, um indivíduo capaz de influenciar a mudança social”, ou seja, a mudança da comunidade geral que ali se encontra inserida, conseguindo assim influenciar no engrandecimento pessoal de cada um dos membros desse assentamento a partir dos processos de produção, em que se observa uma interação de todos.

### 3. ASSENTAMENTO BARRA LONTRA: A OCUPAÇÃO DA TERRA E A SUA ESTRUTURAÇÃO

O Assentamento Barra do Lontra se encontra localizado na microrregião de Araguaína-TO, no município de Xambioá-TO as margens do rodovia federal BR 153, em sentido a cidade de Wanderlândia. Este se encontra a Noroeste do estado do Tocantins a 17 km da cidade de Xambioá. Assentamento este que encontra-se situado em um local onde se predomina a pecuária extensiva. O nome do Barra do Lontra foi escolhido pelos próprios assentados no qual traz como referência ao conflito entre os trabalhadores rurais que buscavam a conquista da terra e os latifundiários no município de Araguaína-TO que se localiza as margens do rio Lontra, a fazenda escolhida para assentar estes trabalhadores rurais pertencia a Verinha. Podemos constatar a localização espacial do PA Barra do Lontra a partir da análise do mapa 1.

**Mapa 1:** Localização do PA Barra do Lontra no Município de Xambioá-TO



**Fonte:** Google Maps, Seplan-TO. Organização: MARINHO, Antonio Marcos Pereira. Data: 06/07/2016.

A análise do mapa torna-se de suma importância para a construção desta pesquisa pois só a partir da localização espacial do ambiente de estudo, pode-se perceber que a localidade



em que se encontra as instalações do assentamento possibilitam as ações por parte dos órgãos governamentais que atuam com a finalidade de proporcionar ao cidadão a capacidade de construir uma realidade diferente da que se encontrava antes da inserção no espaço do assentamento. Mediante a visualização do território de inserção do PA Barra do Lontra passamos para a identificação deste espaço, visualização o contexto histórico destes indivíduos e mesmo da propriedade, observação a caracterização deste assentamento quanto a partir de suas condições materiais quanto sociais e por fim fazendo uma análise destes processos que proporcionam o contato do trabalhador rural com a terra.

### 3.1. HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE.

A associação dos trabalhadores rurais que fazem parte do PA Barra do Lontra, contou com a mediação de entidades que lutam em prol de uma reforma agrária, como a associação do Seu Raimundo que vinha em um processo de busca pela terra durante 10 anos, também contou com as iniciativas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xambioá-TO. Neste movimento em que levou a desapropriação da área para a formação do PA Barra do Lontra a Associação dos Produtores Rurais da Barra do Lontra contava com 43 associados, que objetivavam uma redistribuição de terras mediante a intervenção de políticas públicas que tivessem como finalidade uma reconfiguração do sistema agrário nacional para que as terras não se concentrem apenas nas mãos dos grandes latifundiários mas também nas mãos do pequeno trabalhador rural, que luta para ter seu pedaço de terra.

Segundo a presidente da Associação dos trabalhadores do PA Barra do Lontra a senhora E. Pereira, o processo de ocupação da área que o assentamento foi implantado se iniciou em 2010, ocorrendo assim durante este período as medidas de reivindicação dessa área mediada pela Associação dos Trabalhadores Rurais da Barra do Lontra em conjunto com o Sindicato dos Produtores Rurais de Xambioá, este percurso durou três anos até a legitimação do PA Barra do Lontra pelo INCRA. Segundo a presidente do assentamento o INCRA delimitou a quantidade posses para cada órgão mediador para a ocupação desse assentamento;

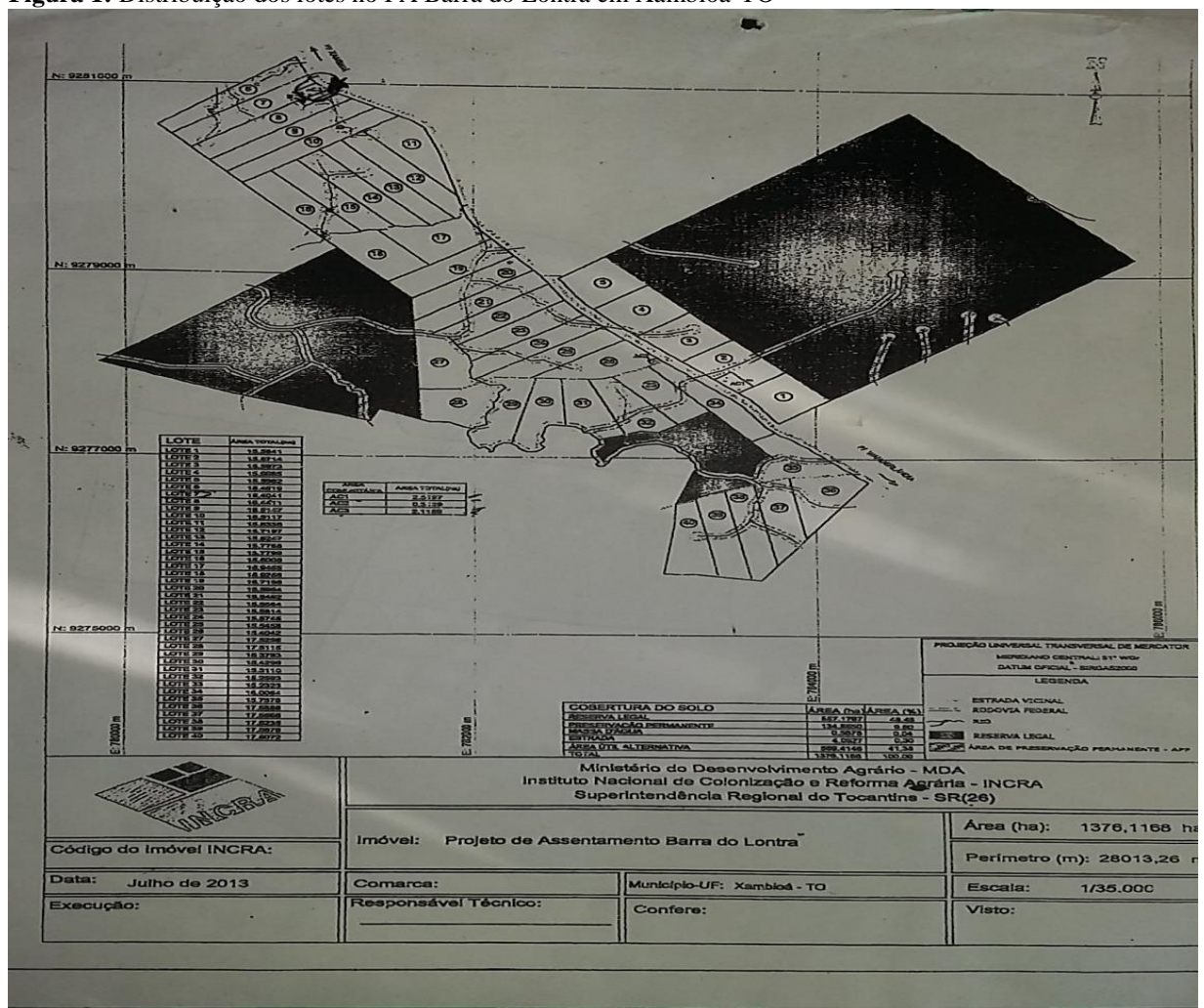
*A luta pela essa terra foi a associação ali do Seu Raimundo que lutou acho que tinha uns dez anos atrás dessa terra, depois juntou o INCRA e falou, passou pro sindicato uma parte né poses, que ficou 22 pra associação do Seu Raimundo, 13 pro sindicato e 5 pro acampamento Mariza ali de Araganã.(E.P., entrevista em março de 2016)*

Observa-se que a redistribuição da terra para com os envolvidos nesta luta não proporcionou a todos os trabalhadores a possibilidade de inserção a uma terra na qual eles pudessem trabalhar. Devido a esta questão, a associação do Seu Raimundo continua como

uma associação do município que luta pela conquista do seu espaço, em decurso a esses fatos a criação de uma associação para cuidar dos interesses do assentamento se fez necessário.

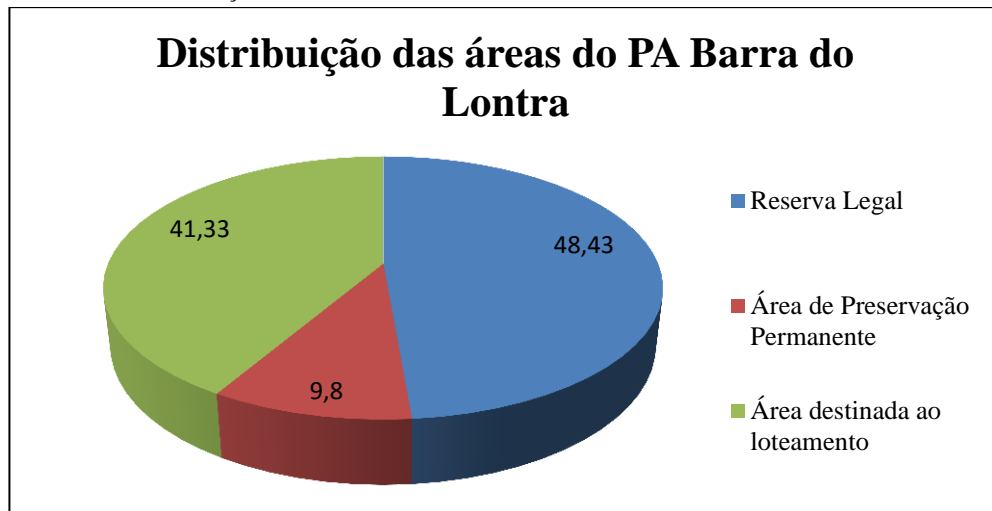
As distribuições das terras do assentamento se deram mediante o sorteio onde cada uma das famílias ganhou uma porção da terra na distribuição deste espaço. O PA Barra do Lontra com uma área total de 1376,1168 ha, encontra-se dividido da seguinte forma: 3 reservas legais em que uma representa 48 % da área total e outra 9%, o restante da área encontra-se distribuído 7 lotes com 17 ha, 4 lotes com 16 ha e 29 lotes com 15 ha, a figura 1 apresenta a distribuição dos lotes no assentamento Barra do Lontra que.

**Figura 1:** Distribuição dos lotes no PA Barra do Lontra em Xambioá-TO



Fonte: Associação dos Pequenos Trabalhadores Rurais da Barra do Lontra

A figura 1 apresenta a caracterização da distribuição dos lotes dentro do assentamento Barra do Lontra, distribuição esta que foi realizada pelo INCRA. Distribuição esta que teve como objetivo proporcionar a inserção do trabalhador rural acesso a terra. Para evidenciar melhor está estruturação do assentamento o Gráfico 1 trás a representação das áreas de distribuição das terras do assentamento.

**Gráfico 1:** Distribuição das áreas do PA Barra do Lontra

**Fonte:** Mapa PA Barra do Lontra adaptação Glibson Barbosa, 2016.

O Gráfico 1 deixa evidente que cerca de 48% das terras destinadas ao assentamento Barra do Lontra encontram-se dentro de uma área que foi destinada a se constituírem como áreas de preservação, tanto para a constituição de reservas legais a partir da criação do assentamento quanto para a permanência de área de preservação permanente. A distribuição das terras remanescentes se deu de maneira a priorizar a irrigação das terras, uma distribuição onde cada família assentada conseguiu uma pequena quantidade de água em sua propriedade, para que pudesse ser possível o processo de produção. No entanto desde a implantação do assentamento em 2013, os assentados ainda não dispõem dos aparatos básicos para atender as necessidades em âmbito de moradia, de produção, de aspectos sociais.

### 3.1.1. CONDIÇÕES MATERIAIS: A CARACTERIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

Após a criação de um assentamento a necessidade de intervenção por parte de políticas públicas mediadas pelo Estado para com os assentados, se faz necessária para que ocorra um desenvolvimento nos espaços do assentamento, devido isso a presença de órgãos mediadores se torna de suma importância para essas intervenções por parte do Estado, entidades como a própria associação dos trabalhadores rurais assentados, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entidades como o próprio MST que luta pela conquista do território mediado por uma reforma agrária do sistema fundiário brasileiro e principalmente pelo INCRA, órgão este que foi criado com o intuito de se regularizar a situação da terra no Brasil.

É possível observar que três anos após a implantação do assentamento Barra do Lontra, a infraestrutura encontra-se deficiente principalmente em relação a construção de casas, de estradas tanto as vias principais de acesso quanto as vicinais que então em péssimo

estado de conservação, quanto a implantação de uma escola, posto de saúde, rede de esgoto, projeto de irrigação devido a baixa quantidade de água presente em cada lote o que dificulta o processo de produção. Uma das principais reivindicações dos assentados é pela construção das casas, a Foto 1 apresenta as condições de moradia atuais;

**Foto 1:** Caracterização da moradia no assentamento Barra do Lontra



**Fonte:** Glibson Barbosa, maio de 2016.

A Foto 1 nos remete a estruturação das moradias do assentamento, onde em sua maioria as casas são construídas de palhas ou de madeira provida da própria terra, residências essas que não proporcionam nenhuma segurança para os moradores, não possibilitando a utilização dos aparelhos domésticos adquiridos anteriormente a fundação do assentamento. Segundo a presidente da associação;

*Foi feito uma proposta pra construção das casas, ia ser a empresa aqui da cidade a Barraria, mas só que a licitação aqui não foi aceita, ai nos ficamos aqui sem nenhuma ajuda de ninguém [...] se eles construísse pelo menos as casas já era bom demais pois a gente poderia colocar as coisa da gente, por exemplo as minhas coisas, estão tudo na casa da minha mãe na cidade...(E. P. entrevista em maio de 2016)*

Torna-se perceptível que as necessidades básicas são fundamentais para a manutenção da qualidade de vida dos trabalhadores rurais assentados, para que possam continuar na luta para a mudança de suas vidas não ficando apenas no processo de apenas encontrarem-se assentados, mas de constituírem uma relação social, de identificação com o ambiente em que se encontram. O território recém-conquistado tornar-se-á sua localidade a partir da introdução das famílias em cada parcela. Portanto, cada morador necessita assim dos proventos advindos das políticas públicas providas a partir das intervenções do Estado mediados diretamente pelas entidades que tem o papel de contribuir para a melhoria das condições de vida do trabalhador rural. A Foto 2 trás outra problema dos assentados, a estrada.

**Foto 2:** A ladeira, o buraco, a estrada cortada



**Fonte:** Glibson Barbosa, maio de 2016

A Foto 2 apresenta uma das dificuldades presentes quando se trata de escoação da produção e também do tráfego dos moradores pelo assentamento, condições essas que impossibilitam uma qualidade de vida melhor para os assentados, ocorrendo assim uma indisponibilidade para os agentes externos ao assentamento estarem atuando dentro dos dependências do assentamento; o trabalhador que não consegue produzir por falta de investimento também não consegue vender por falta de investimento, não poderá levar seu produto devido as péssimas condições de suas vias de transição.

### 3.1.2. A EDUCAÇÃO E A SAÚDE NO ASSENTAMENTO

A Educação é o principal meio para a modificação do ser no mundo, sem a educação os homens tornam-se indivíduos que não se comunicam entre si, membros de uma sociedade em que não se tem uma relação de interação entre seus cidadãos que representaram seus ideais a partir de um diálogo entre o outro. Mediante isso percebemos que nos assentamentos constituídos a partir do processo de reforma agrária a criação de uma escola para as crianças, até mesmo para jovens e adultos seria o principal meio de modificar a situação destes cidadãos onde se aprendendo a ler, escrever, poderá possibilitar uma relação melhor com os processos de produção, com as relações em que se envolva um diálogo entre os órgãos governamentais para a melhoria de sua qualidade de vida no assentamento. Carvalho (2008) identifica que,

Uma aprendizagem em seu sentido radical, a qual, muito mais do que apenas prover conteúdos e informações, e gera processos de formação do sujeito humano, instituindo novos modos de ser, de compreender, de posicionar-se ante os outros e a si mesmo, enfrentando os desafios e as crises do tempo em que vivemos. (CARVALHO, 2008, p.69).

Configura-se assim uma relação de aprendizado e atitude perante o sistema, onde o trabalhador rural que luta para continuar na terra consiga se impor perante os agentes que deveriam se possibilitar as atividades dentro do assentamento, tanto no quesito de produção, quanto principalmente nos processos educacionais, que são os responsáveis pela construção de uma identidade de cada ser, de cada cidadão, qualidade que trás uma relação de posse de suas ações em que a permanência no ambiente do assentamento seja de longa duração.

Desde a criação de assentamento Barra do Lontra a implantação de uma escola se mantem no topo das reivindicações por parte da associação de moradores do assentamento, mas até o momento o único meio para que as crianças e jovens possam participar dos processos educacionais são por meio do transporte escolar disponibilizado pela prefeitura municipal de Xambioá, segundo a presidente da associação a senhora E. Pereira,

*Aqui tem mais de 70, contando crianças e jovens, que precisam do transporte pra estudarem, se tivesse uma escola aqui ficava mais fácil, por que tem minino que mora uns 3 km da estrada e a prefeitura disse que so manda o ônibus entrar acima de 4 km, ai os meninos vem e espera o ônibus aqui na beira do asfalto correndo risco, então seria melhor se tivesse uma escola aqui. (E. Pereira, entrevista maio de 2016)*

Fatos assim representam a necessidade por parte dos assentados, onde a implantação de uma escola poderia possibilitar tanto a introdução de jovens e adultos que não fazem parte do processo educacional disponibilizado na cidade, e que tem interesse em aprender. A presidente da associação evidencia ainda que o local para se funcionar a escola encontra-se a disposição, neste caso a sede da antiga fazenda que foi deixada como o espaço para os encontros, reuniões da associação dos moradores, veja na Foto 3.

**Foto 3:** Antiga sede da fazenda e possível escola para o assentamento



**Fonte:** Glibson Barbosa, maio de 2016.

A residência apresentada na Foto 3 é a antiga sede da fazenda que foi deixada para o assentamento e que é utilizada por antigos trabalhadores e que agora fazem parte dos

associados ao assentamento Barra do Lontra. A mesma tem a disponibilidade de se tornar a escola para jovens e adultos, no período noturno e também funciona como o local para a consulta periódica pelos agentes da saúde pública do município, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, que fazem o trajeto ao assentamento uma vez ao mês.

O sistema Único de Saúde atua no assentamento por meio de um agente de saúde que está disponível para o assentamento responsável pela visita a residência dos moradores, para marcar consultas quando se for solicitado. Um sistema de saúde qualificado possibilita uma qualidade de vida melhor para a população, o que proporciona uma melhor relação entre todos no assentamento.

Uma vez por mês a Secretária Municipal de Saúde em parceria com o Sistema Único de Saúde (SUS) disponibilizam uma equipe de profissionais que se deslocam até o assentamento Barra do Lontra para prestar atendimento aos moradores deste, equipe esta formada por um enfermeiro, um médico clínico, um técnico de enfermagem e um agente de saúde é responsável pelo auxílio aos trabalhadores rurais do assentamento. O SUS atua como o agente de prestação de serviços para com a comunidade, fornecendo os atendimentos básicos para os membros do assentamento, possibilitando desta maneira uma qualidade de vida que seja pelo menos satisfatória para esses assentados e que possibilite a sua permanência na terra que foi conquistada a partir de uma luta de classes.

### 3.1.3.A PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO BARRA DO LONTRA UMA LUTA PELA CONSTRUÇÃO DE SUA SUBSISTÊNCIA

A produção de um assentamento rural tem por finalidade proporcionar ao trabalhador rural que foi inserido no projeto de assentamento por meio de um processo de reforma agrária assegurar a subsistência dos trabalhadores que plantam para sua alimentação e para a complementação de sua renda, onde se tem em sua produção o meio para a continuação nesse território recém-conquistado. Observa-se assim que a produção de uma família além de garantir sua alimentação terá como fonte prioritária a constituição de uma renda para cada família. É evidente ainda que por falta do auxílio dos agentes governamentais a produção se torna deficiente como percebe-se na afirmação de Alves Filho, Salcides, Puppo (2007), em que:

Chama a atenção que, embora os assentados reconheçam o abandono por parte das autoridades governamentais, especialmente no que se refere a créditos, assistência técnica, às dificuldades inerentes à produção agropecuária, às oscilações dos preços, à comercialização, à agregação de valor ao produto colhido, e à lentidão no atendimento das demandas, eles avaliam o Programa de Reforma Agrária vigente como uma possibilidade de mudança de vida, sobretudo quando comparada à

condição de vida anterior à aquisição do lote. (ALVES FILHO; SALCIDES; PUPPO, 2007, p.11)

Tal fato compõe as necessidades de cada família em meio as suas condições de vida no novo território, pois se não possuírem condições para se manter no assentamento, terão que deixar a sua tão sonhada terra, condições que são perceptíveis no que se diz respeito quando se fala em produção, onde cada trabalhador rural produz para a subsistência de sua família e para a comercialização, e sem os investimentos providos a partir das iniciativas do Estado. Coloca-se em evidencia na fala de Ferreira, Fernández, Silva (1999), quando se refere a as associações entre trabalhadores em que,

De modo geral, pode-se considerar que as ações das organizações associativas e cooperativas estão voltadas para a melhoria dos sistemas de produção e comercialização das famílias assentadas, criando possibilidades de acesso a novas tecnologias, com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade, eliminando a presença dos intermediários no processo de comercialização. Neste sentido, após a implantação dos assentamentos, a associação aproxima-se de instituições públicas (municipal, estadual e federal) para suprir suas demandas imediatas (educação, saúde, estradas, etc.) e adquirir máquinas, implementos agrícolas e créditos especiais para áreas de assentamento (Procera). (FERREIRA; FERNÁNDEZ; SILVA, 1999, p.221)

A insuficiência de recursos provenientes das organizações governamentais tornam-se os principais agentes da instabilidade dentro dos assentamentos formados a partir da desapropriação de um grande latifundiário, torna-se irrefutável o fato de que o trabalhador rural tem como necessidade o auxílio por parte desses órgãos para cultivarem a terra, para organizarem sua produção, para sua comercialização. Nas entrevistas é perceptível no discurso dos moradores do assentamento que é indispensável à presença de técnico agrícola para ajudar no processo de produção, ou mesmo de um financiamento por parte do governo. Pode-se constatar na fala de B. Silva, que a falta de investimento dificulta o processo de produção,

*[...] como é que a gente vai ser um trabalhador rural, por que se nois tivesse a ajuda do governo aqui eu não precisava trabaiaar pra ninguém, por que eu tenho certeza, se eu tivesse ajuda assim, eu digo assim num financiamento, eu num quiria que o governo me descia o dinheiro deles, eu queria pelo menos um financiamento, por que também não era obrigado pega aquele dinheiro do financiamento e fazer besteira, eu ia impregar o dinheiro na terra, eu ia produzir pra pagar a conta que eu peguei la, mais nem isso nois num tem vei[...].( B. Silva, Entrevista maio de abril de 2016).*

A partir de tal relato percebemos que a falta de disponibilidade de recursos por parte dos órgãos que são responsáveis pela manutenção deste trabalhador rural agora inserido em território no qual ele poderá produzir, faz com que os membros deste assentamento se vejam



abandonados, abandono esse que pode provocar até a saída deste trabalhador do espaço rural recém-conquistado, fazendo com que ele volte para a área urbana onde não consegue constituir uma relação de vínculo, onde continuará sem ter as condições adequadas que garantam a sua subsistência.

Mesmo sem os recursos providos do governo as famílias do assentamento produzem o que lhes é possível com os recursos que lhes são disponíveis, a produção se dá por meio da aração do solo de maneira manual, pois com a falta de maquinário para atender essa necessidade, o processo de produção se torna lento e conseqüentemente não conseguem produzir o suficiente para que a produção consiga suprir as necessidades de consumo da família e ainda gerar renda através da comercialização. O Quadro 1 a seguir trás os principais produtos produzidos no assentamento.

**QUADRO 1:** Produção vegetal e animal do assentamento

<b>PRODUÇÃO VEGETAL E A ANIMAL DO ASSENTAMENTO</b>	
<b>Produção Vegetal</b>	<b>Produção Animal</b>
Mandioca	Galinha
Milho	Porco
Arroz	Pato
Abóbora	Gado
Quiabo	-
Coentro e cebolinha	-
Cana-de-açúcar	

**Fonte:** Ass. PA Barra do Lontra, adaptação Glilbson Barbosa, maio de 2016.

O Quadro 1 apresenta os principais produtos cultivados no assentamento Barra do Lontra, produtos esses cultivados sem a intervenção os órgãos públicos, que representam o trabalhador rural e que deveriam auxiliar no processo de produção, através das ações de técnicos agrícolas, maquinário para o preparo do solo, meios de transporte para o transporte para a comercialização da produção na cidade de Xambioá, entre outras formas de acompanhamento que são viáveis a partir da ação destas entidades.

Produção está que tem como principal finalidade a subsistência destes trabalhadores rurais que estão assentados e que necessitam de investimentos para que seja possível a permanência neste território conquistado a partir de uma luta que visa uma redistribuição de terras de maneira mais igualitária, em que as terras não se encontrem concentradas nas mãos

dos grandes proprietários. Tais produtos têm como característica a de proporcionar a cada família assentada as necessidades básicas de sua alimentação, tais processos produtivos atuam ainda como os complementadores da renda mensal de cada família, possibilitando assim uma aspiração de qualidade de vida a partir destes produtos que são frutos da força de trabalho destes assentados. A Foto 4 apresenta alguns dos produtos cultivados no assentamento.

**Foto 4:** Produtos no assentamento Barra do Lontra, quiabo e mandioca.



**Fonte:** Glibson Barbosa, Maio de 2016.

Os produtos que são produzidos no PA Barra do Lontra , são destinados basicamente para o consumo dos próprios assentados, produtos primários pra a sua alimentação, a mandioca se produz a farinha que é comercializada na cidade de Xambioá, mas torna-se evidente que os trabalhadores que residem no assentamento poderiam produzir mais e eventualmente complementar sua renda a partir da produção com o incremento de maquinário especializado para a correção do solo, auxílio por parte de um técnico agrícola disponibilizado pelo INCRA, entidade essa responsável pelo amparo aos trabalhadores rurais que lutam em prol de uma reforma agrária de qualidade, não apenas de um pedaço de terra e pronto, os investimentos devem vir para que tais trabalhadores possam construir sua relação social.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se visível que a partir da expansão do capitalismo agrário, o trabalhador rural se tornou uma vítima desse sistema, onde os latifundiários que detêm uma grande quantidade de terras se sobrepõem aos pequenos trabalhadores que lutam pela conquista do território. Em decorrência destas divergências entre classes no campo, os movimentos sociais aparecem como articuladores que buscam a inclusão dos trabalhadores rurais sem terra na distribuição equitativa da terra por meio da reforma agrária.

Os projetos de assentamentos rurais aparecem como uma iniciativa de proporcionar ao trabalhador rural sem terra a possibilidade de uma inclusão no campo. O PA Barra do Lontra em Xambioá-TO aparece como uma proposta de incluir os trabalhadores rurais que não possuem terra e que buscam por uma igualdade no campo, mas para que tais ações de inserção deste trabalhadores a necessidade de políticas públicas voltadas para a questão agrária do país se faz necessária a partir das movimentações por parte desses agentes que será possível a constituição de uma igualdade de classes no campo.

Os assentamentos rurais oriundos de iniciativas de entidades governamentais como o INCRA têm como função principal proporcionar aos trabalhadores rurais um lugar onde possam produzir tanto para sua subsistência quanto para a comercialização, mas para que tais medidas sejam desenvolvidas pelos assentados a necessidade de investimento por parte desses agentes para que se tenham riquezas e desenvolvimento produtivo no assentamento. A produção do PA Barra do Lontra não possibilita a comercialização por parte dos pequenos produtores, dificultando bastante a permanência destes trabalhadores no assentamento. A produção do assentamento consiste em mandioca, milho, quiabo, arroz, abóbora, cana-de-açúcar, coentro e cebolinha, produtos estes que não atuam como complementadores da renda das famílias, mas apenas como produtos para o consumo das mesmas.

Observa-se ainda que a falta de iniciativas por parte do poder público para com o assentamento Barra do Lontra aparecem de maneira deficiente, desde a estrutura das casas, a qualidade das estradas, a falta de rede de esgoto, um sistema de irrigação, uma escola para as crianças, um posto de saúde, mesmo que disponibilizado serviços de maneira mensal por parte da Secretária de Saúde do município, percebe-se que a implantação de um posto de saúde no PA tornaria a vida dos assentados mais cômoda e possibilitaria uma qualidade de vida melhor para a comunidade.

Portanto, é possível observar que há necessidade de uma reestruturação do sistema agrário brasileiro para proporcionar uma igualdade entre classes, onde a concentração das

terras não se dê apenas nas mãos de poucos, mas sim que seja distribuída entre todos de maneira igualitária. É preciso que as entidades governamentais como o INCRA, Ministério da Agricultura, entre outros, terem mais atenção ao pequeno trabalhador rural como uma peça para a construção da economia, gerando riquezas e diminuindo as desigualdades sociais, econômicas do país.

## REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, Eloy; SALCIDES, Arlete; PUPPO, Gillian Del. **E a luta continua:** após conquista da terra, assentados de minas gerais reivindicam mais apoio e infraestrutura. Minas Gerais, Viçosa, UFV, 2007. <<http://www.sober.org.br/palestra/9/188.pdf>>. Acesso em 14 de abril de 2016.

BRASIL. INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Na luta pela Reforma Agrária:** Incra 45 anos. Brasília: MDA/INCRA, 2015.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **1964:** pouco antes do golpe, reforma agrária esteve no centro dos debates no Senado. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/24/1964-pouco-antes-do-golpe-reforma-agraria-esteve-no-centro-dos-debates-no-senado>> . Acesso em 16 de abril de 2016.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização no espaço agrário gaúcho. *In:* CHELOTTI, Marcelo Cervo; MATOS, Patrícia Francisca de; SANTOS, Joelma Cristina; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de (Org.). **Geografia agrária e diversidades territoriais do campo brasileiro.** Uberlândia: Assis Editora, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In:* João Pedro Stedile. (Org.). *A questão agrária no Brasil* 7. 7ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, v. 7, p. 173-238.

FERREIRA, Eudson de Castro; FERNÁNDEZ, Antonio João Castrilon; SILVA, Evande Praxedes da. **A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso.** *In:* MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sergio. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** 3. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

LOPES, Alberto Pereira. **Depois da terra, o desafio para permanecer:** o assentamento Muricizal-Muricilândia(TO). Uberlândia, 2001. Dissertação de mestrado Universidade Federal de Uberlândia.

LOPES, Alberto Pereira. Os movimentos sociais no campo e a luta pela terra. *In:* CHELOTTI, Marcelo Cervo; MATOS, Patrícia Francisca de; SANTOS, Joelma Cristina; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de (Org.). **Geografia agrária e diversidades territoriais do campo brasileiro.** Uberlândia: Assis Editora, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária** – o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, **11**(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sergio. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. Tradução Maria Cecília França. ( Série Temas)

ROOS, Djoni; FABRINI, João Edmilson. 2009. Conflitos de projetos: aprendizagem e resistência camponesa na luta pela terra. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Djoni%20Roos.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2016.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 11<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Record, 2008.

\_\_\_\_\_, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. , 5<sup>a</sup> ed., 3<sup>a</sup> reimpr., São Paulo: Edusp2012. (Coleção Milton Santos)

\_\_\_\_\_, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. 5<sup>a</sup> ed., 1<sup>a</sup> reimpr. São Paulo: Edusp, 2013. (Coleção Milton Santos)

\_\_\_\_\_, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. , 6<sup>a</sup> ed., São Paulo: Edusp, 2014. (Coleção Milton Santos)

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. (Coleção Geografia em Movimento)

SOUSA, Júlio Nelço Ferreira de. **A luta pela terra no Bico do Papagaio**: um estudo no município de Esperantina-TO. Araguaina-TO, UFT, 2014. (TCC) Trabalho de conclusão de curso.

VENÂNCIO, Marcelo. Tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos, em Catalão (GO): um olhar a partir da territorialização das práticas culturais. *In*: CHELOTTI, Marcelo Cervo; MATOS, Patrícia Francisca de; SANTOS, Joelma Cristina; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de (Org.). **Geografia agrária e diversidades territoriais do campo brasileiro**. Uberlândia: Assis Editora, 2012.